



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## Produção do espaço, temporalidade e temporalização: reflexões acerca do tempo e do urbano a partir do pensamento de Milton Santos e Henri Lefebvre<sup>1</sup>

Isabelle de Lima Almeida  
PPGAU/UFRN

José Clewton do Nascimento  
DARQ/UFRN

### Sessão Temática 6: Cidade, história e identidade cultural

*Resumo.* O presente artigo busca aproximar e confrontar as interpretações de Milton Santos e Henri Lefebvre acerca da questão da passagem do tempo no processo de urbanização e produção do espaço. Pretende-se, assim, apreender as contribuições de ambos os teóricos para a compreensão da tríade passado-presente-futuro. Em comum, Santos e Lefebvre partem das heranças e marcas do passado enquanto condicionantes do presente, indicando, ainda, perspectivas futuras de realização de uma sociedade transformada e renovada. As elaborações teóricas de ambos os pensadores se aproximam muitas vezes, permitindo uma compreensão múltipla do processo de urbanização. Santos elabora noções fundamentais para o entendimento do passado, enquanto Lefebvre aponta para a transformação social por meio da realização da sociedade urbana através dos conteúdos utópicos do direito à cidade. Ambos os autores apresentam perspectivas futuras de superação das contradições existentes na cidade do modo de produção capitalista.

*Palavras-chave.* Processo de Urbanização; Espaço e Tempo; História do Espaço; Direito à Cidade.

### Production of space, temporality and temporalization: reflections on time and the urban from the thinking of Milton Santos and Henri Lefebvre

*Abstract.* This article seeks to approach and confront the interpretations of Milton Santos and Henri Lefebvre on the issue of the passage of time in the process of urbanization and production of space. It is intended, therefore, to apprehend the contributions of both theorists to the understanding of the past-present-future triad. In common, Santos and Lefebvre start from the inheritances and marks of the past as constraints of the present, also indicating future perspectives for the realization of a transformed and renewed society. The theoretical elaborations of both thinkers are very close, allowing a multiple understanding of the urbanization process. Santos elaborates fundamental notions for understanding the past, while Lefebvre points to social transformation through the realization of urban society through the utopian contents of the right to the city. Both authors present future perspectives for overcoming the existing contradictions in the city of the capitalist mode of production.

*Keywords:* Urbanization Process; Space and Time; History of Space; Right to the City.

### Producción de espacio, temporalidad y temporalización: reflexiones sobre el tiempo y lo urbano desde el pensamiento de Milton Santos y Henri Lefebvre

*Resumen.* Este artículo busca abordar y confrontar las interpretaciones de Milton Santos y Henri Lefebvre sobre la cuestión del paso del tiempo en el proceso de urbanización y producción del espacio. Se pretende, por tanto,

<sup>1</sup> Pesquisa apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

*aprehender las contribuciones de ambos teóricos a la comprensión de la tríada pasado-presente-futuro. En común, Santos y Lefebvre parten de las herencias y marcas del pasado como condicionantes del presente, indicando también perspectivas de futuro para la realización de una sociedad transformada y renovada. Las elaboraciones teóricas de ambos pensadores son muy cercanas, lo que permite una comprensión múltiple del proceso de urbanización. Santos elabora nociones fundamentales para comprender el pasado, mientras que Lefebvre apunta a la transformación social a través de la realización de la sociedad urbana a través de los contenidos utópicos del derecho a la ciudad. Ambos autores presentan perspectivas futuras para la superación de las contradicciones existentes en la ciudad del modo de producción capitalista.*

*Palabras clave: Proceso de Urbanización; Espacio y tiempo; Historia del Espacio; Derecho a la Ciudad.*

## 1. Introdução

O presente artigo busca aproximar e confrontar as interpretações de Milton Santos e Henri Lefebvre acerca da questão do tempo no processo de urbanização e na produção do espaço. Pretende-se, assim, apreender as contribuições de ambos os teóricos para a compreensão da tríade passado-presente-futuro. Em comum, Santos e Lefebvre partem das heranças e marcas do passado enquanto condicionantes do presente, que, por sua vez, aponta para perspectivas futuras de realização de uma sociedade transformada e renovada.

Este esforço de fundamentação teórica se insere enquanto aporte conceitual para a elaboração de dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Inserida na Linha Pesquisa de História da Arquitetura, do Urbanismo e do Território, a pesquisa em andamento tem como objeto de estudo a produção da moradia popular no contexto do processo da modernização capitalista do espaço urbano de Fortaleza, capital do Ceará. Procura-se, assim, investigar a produção da moradia popular e a inserção da questão habitacional ao longo da história da urbanização de Fortaleza, apresentando novas possibilidades de interpretação deste processo. O presente artigo, no entanto, não aborda o estudo de caso a ser desenvolvido na dissertação, restringindo-se à fundamentação teórico-conceitual que orientará as análises e conclusões da pesquisa. Nesse sentido, este escrito trata-se de um esforço inicial para a compreensão, aproximação e contraposição dos pensamentos de Milton Santos e Henri Lefebvre.

O percurso teórico aqui apresentado tem como base a leitura das obras de Santos e Lefebvre. Sendo assim, recorre-se à revisão bibliográfica enquanto procedimento metodológico fundamental para a análise e reflexão sobre o pensamento de ambos os autores. Assim, para compreender o pensamento do geógrafo brasileiro acerca do tempo nas cidades, realizou-se a consulta aos livros *A Natureza do Espaço*, de 1996, *Espaço e Método*, de 1985, e *Por Uma Outra Globalização*, de 2000, além do artigo *O Tempo nas Cidades*, trecho transcrito a partir da conferência "O Tempo na Filosofia e na História", realizada em 1989 na Universidade de São Paulo. Assistiu-se, ainda, ao documentário "Encontro com Milton Santos", de 2006, dirigido por Silvio Tendler. Já a exposição acerca do pensamento do filósofo francês sobre a produção do espaço e do tempo fundamenta-se a partir da leitura das obras *A Produção do Espaço*, de 1974, e *O Direito à Cidade*, de 1968. Adicionalmente, realizou-se a leitura dos escritos de Paolo Colosso (2019), Geraldo Costa (2003), Ester Limonad e Ivaldo Lima (2003) e Rainer Randolph (2003), que discutem a obra e os conceitos elaborados por Henri Lefebvre. Por fim, complementa-se a exposição acerca do pensamento lefebvriano sobre o processo histórico a partir da consulta à obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, escrita por Karl Marx em 1852.

O artigo encontra-se estruturado em três grandes partes: a primeira diz respeito ao pensamento de Milton Santos acerca do tempo nas cidades; a segunda é referente às elaborações teóricas de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço e do tempo; por fim, realiza-se um esforço de apontar afinidades e divergências a partir do entendimento de ambos os teóricos acerca do tempo e do urbano.

## 2. Milton Santos e o tempo nas cidades

Milton Santos, grande nome da geografia no Brasil e no mundo, contribuiu para o desenvolvimento teórico do pensamento acerca do processo de urbanização, em especial nos países da periferia do capitalismo. Sua interpretação acerca do tempo tem como base a concepção da geografia enquanto a história de técnicas e cotidianos sucessivos, indicando, assim, um movimento do passado ao presente que passa por visibilidades de um futuro. Dessa maneira, para Santos (2002, p. 21),

O entrosamento entre técnica e História permite o entendimento do que se passou, do que se passa e eventualmente do [que] vai se passar, quando as técnicas se tornam um conjunto unificado e único, movidas por um motor também único, o que permite uma visibilidade do futuro.

Para explicar a relação espacial-temporal, o autor trabalha com conceitos como *espaço e paisagem, técnica, modernização, rugosidade, inércia dinâmica, novos objetos e velhos objetos, superposição e justaposição, acumulação e supressão*, dentre outros. Crítico ao modo de produção capitalista, Milton Santos recorre à dialética para elaborar as noções de *racionalidade e contra-racionalidade, horizontalidade e verticalidade, espaços dominados e espaços dominantes, tempo lento e tempo rápido, luminosidade e opacidade*, etc. Portanto, propõe-se, aqui, um percurso teórico através do entendimento de Santos acerca das marcas do tempo nas cidades. Para isso, inicia-se a exposição das elaborações conceituais de Milton Santos a partir da fundamentação teórica do entendimento de espaço segundo o autor. Em seguida, aborda-se a evolução do processo histórico através dos principais conceitos desenvolvidos por Santos, finalizando com os apontamentos do geógrafo brasileiro em direção à construção de perspectivas futuras.

A presente exposição tem como base a leitura das obras *A Natureza do Espaço, Espaço e Método e Por Uma Outra Globalização*, originalmente publicadas em 1996, 1985 e 2000, respectivamente, mas aqui referenciadas como Santos (2006), Santos (2008) e Santos (2001). Complementarmente, consultou-se o artigo intitulado *O Tempo nas Cidades*, publicado em 2002 no periódico *Ciência e Cultura* a partir transcrição da conferência do autor na mesa-redonda "O tempo na Filosofia e na História", realizada pelo Grupo de Estudos Sobre o Tempo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo em 1989. Assistiu-se, ainda, ao documentário "Encontro com Milton Santos", dirigido por Silvio Tendler e lançado pela produtora Caliban em 2006.

Iniciamos a nossa exposição acerca do pensamento de Milton Santos sobre o tempo a partir da sua conceituação do *espaço*. Segundo Santos (2008, p. 12), o espaço pode ser definido como "a soma da *paisagem* (ou, ainda melhor, da *configuração geográfica*) e da *sociedade*". Espaço e paisagem, portanto, não são sinônimos, visto que, para Santos (2006, p. 66), "paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza". Já o espaço é a soma dessas formas compositivas da paisagem mais a sociedade que as anima, que lhes dá vida. Sendo assim, o espaço é um produto social que se encontra em permanente movimento, em contínua transformação.

A partir da leitura do espaço, é possível estudar a organização espacial de uma sociedade, visto que a produção do espaço é o resultado "da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade" (SANTOS, 2008, p. 68). Por meio desse olhar retrospectivo, torna-se possível compreender a estruturação do espaço social na contemporaneidade enquanto a acumulação do tempo histórico. Portanto, o espaço é uma instância da sociedade, que contém e é contido pelas demais instâncias, como a econômica, a político-institucional e a cultural-ideológica. Em síntese, "a essência do espaço é social" (SANTOS, 2008, p. 12).

Um dos conceitos centrais para a compreensão da produção do espaço a partir do pensamento de Milton Santos é a noção de *técnica*. Segundo Santos (2006, p. 16), “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. A partir das técnicas, é possível realizar uma interpretação histórica do espaço, visto que “o trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas” (SANTOS, 2006, p. 34). Assim, todo e qualquer período histórico é caracterizado por um conjunto correspondente de técnicas, que, por sua vez, dá origem a um arranjo específico de *objetos*<sup>1</sup>.

Técnica, portanto, é sinônimo de tempo: cada momento das possibilidades da realização humana é marcado por técnicas distintas. A partir das técnicas podemos, portanto, conceber uma periodização do processo histórico. Em suma, “a técnica é tempo congelado e revela uma história” (SANTOS, 2006, p. 29). Assim, para Santos (2006, p. 34),

As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação.

A noção de *técnica* para Milton Santos pode ser diretamente atrelada ao modo de produção. Assim, cada pedaço de tempo ou duração do processo histórico pode ser compreendido enquanto um processo produtivo distinto, contendo suas formas de produção e suas formas materiais e não materiais de vida, que podem ser entendidas como vetores ou variáveis. Com a passagem do tempo, cada lugar pode ser compreendido enquanto a combinação de técnicas de diversas idades. Sendo assim, cada lugar é uma combinação de modos de produção diferentemente datados.

É a partir desse conjunto de vetores ou variáveis de diversas idades encontrados em determinados lugares que Santos desenvolve a noção de *tempo espacial*. Entende-se, através desse conceito, que sistemas técnicos de diferentes idades se combinam e conformam diferentes lugares. Como resultado, o *velho* e o *novo* convivem no espaço e condicionam as formas de vida possíveis em determinado lugar. Nesse sentido, o *velho* caracteriza-se enquanto resíduo do passado que se impõe como um obstáculo à difusão do *novo*. Para Santos (2008, p. 106), grupos sociais pré-existentes, com “suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço”, também se configuram enquanto o *velho*.

No modo de produção capitalista, cuja lógica passa pela continuidade do processo de acumulação do capital, o *velho* pode ser combinado ao *novo*, relacionado às inovações do sistema técnico dominante e às ações hegemônicas. Há, portanto, a possibilidade de combinações entre o *velho* e o *novo*, que variam conforme os lugares através de arranjos de padrões espaciais em constante transformação, em estado de mudança dialética. Para isso, *velhos objetos* permanecem e mudam de *função*. No entanto, “quando o *velho* não pode colaborar para a expansão do *novo*, a lógica do capital manda que seja eliminado” (SANTOS, 2008, p. 106). Esse processo também é histórico.

Chegamos, portanto, a algumas das oposições elaboradas dialeticamente por Santos. A contraposição entre o *velho* e o *novo* encontra-se diretamente relacionada às noções de ações *hegemônicas* e *não-hegemônicas*. Por sua vez, o processo de hegemonização encontra-se profundamente atrelado à noção de uma *racionalidade* hegemônica e dominante. Como contraponto à *racionalidade*, estabelecem-se as *contra-racionalidades*, que, segundo Santos (2006, p. 210),

[...] se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.

A partir dessa contraposição, surge mais uma contradição: as noções de *luminosidade* e *opacidade*. A *luminosidade* localiza-se na cidade moderna por meio da justaposição, superposição e contraposição às zonas urbanas marcadas pela *opacidade*, onde os pobres urbanos vivem e fazem uso da cidade. Assim, zonas opacas constituem-se enquanto o lugar da aproximação, da criatividade e da sobrevivência, opondo-se à exatidão e à regularidade das zonas luminosas. Portanto, de um lado estabelece-se a luminosidade da cidade racionalizada, hegemônica, dominante e nova. Por outro, constitui-se a cidade opaca, velha, dominada, hegemônica e contra-racionalizada. Assim, as zonas opacas são marcadas por uma temporalidade própria, o *tempo lento* dos homens hegemônicos, que é imposto pela materialidade presente no espaço. Já na zona luminosa, a economia hegemônica trabalha na velocidade do *tempo rápido*. O espaço atua como coordenador dessas diferentes temporalidades, que coabitam um mesmo momento histórico de maneira concomitante e convergente. Assim,

O espaço permite que pessoas, instituições e firmas com temporalidades diversas, funcionem na mesma cidade, não de modo harmonioso, mas de modo harmônico. Também atribui a cada indivíduo, a cada classe social, a cada firma, a cada tipo de firma, a cada instituição, a cada tipo de instituição, formas particulares de comando e de uso do tempo, formas particulares de comando e de uso do espaço. (SANTOS, 2002, p. 22)

Nesse processo, atuam ainda as forças das *verticalidades* e *horizontalidades*. Vinculadas à racionalidade e às ações hegemônicas, as *verticalidades* criam um cotidiano disciplinado e obediente, relacionado aos vetores de modernização. A serviço do grande capital, as *verticalidades* tendem a corroer a coesão horizontal da sociedade. No entanto, para Santos (2006, p. 174), “[...] os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum [...]”. Assim, a *horizontalidade* é marcada por uma complexidade de relações sociais, estabelecendo-se enquanto “[...] o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, 2006, p. 193).

Para dar continuidade à exposição teórico-conceitual acerca do pensamento de Milton Santos, aprofundamos aqui a noção de *modernização*. Para Santos (2008, p. 37), “[...] cada sistema temporal coincide com um período histórico”. A sucessão desses sistemas se dá pelas *modernizações*, que, por sua vez, inauguram um novo período histórico. Na escala mundial, as *modernizações* são impostas por meio de um movimento que parte do centro para a periferia. Assim, a periodização da história a partir da noção de *modernização* é capaz de explicar as formas de colonização, organização, articulação e urbanização do espaço, assim como os diferentes graus de desenvolvimento e dependência. Há, portanto, lugares que recebem o processo de modernização antes de outros. Essa defasagem cria lugares privilegiados, que tendem a acolher modernizações sucessivas. Por outro lado, certos lugares não são atingidos por todas as modernizações. Através desse processo de difusão das modernizações, o espaço passa a contar com marcas profundas relativas às inovações impostas pelos sistemas técnicos dominantes, visto que o *novo* é condicionado pela configuração anterior de um lugar. Assim, a modernização se superpõe ao sistema temporal anteriormente vigente, que permanece enquanto rastro e marca na nova composição espacial.

A partir do entendimento de periodização, Santos aponta para a existência de diferentes gerações urbanas que se sucedem ao longo da história de uma cidade. Construída a partir das necessidades e possibilidades de cada época, a cidade é formada por materialidade e relações sociais. Por sua vez, a materialidade traz o passado a partir de suas formas e objetos representativos de técnicas pertencentes a um sistema temporal anterior. A partir dessa compreensão, podemos trabalhar com o conceito de *paisagem*, que pode ser percebida enquanto um palimpsesto, “[...] memória viva de um passado já morto [...]”, composto por *tempos justapostos* aos *tempos superpostos* (SANTOS, 2006, p. 69). Na materialidade presente na *paisagem*, as ações de sucessivas gerações urbanas se superpõem mediante acumulações e substituições. Assim, a *paisagem* permite interpretar uma história do espaço, revelando que cada sociedade, por meio de seus sistemas técnicos e suas relações sociais, produziu seu próprio espaço e tempo. A *paisagem*, portanto,

[...] existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual. (SANTOS, 2006, p. 67)

A paisagem, portanto, encontra-se em permanente transformação. Ainda assim, o momento anterior de uma sociedade não pode ser apagado. Sistemas técnicos e temporais prévios permanecem na paisagem enquanto *rugosidade*, ou seja, aquilo “[...] que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006, p. 92). Complementarmente, para Santos (2006, p. 25), “as rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físicoterritoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas”.

Dessa maneira, o presente constantemente se depara com o passado, que se encontra cristalizado enquanto *rugosidade*. Adicionalmente, as heranças presentes na paisagem indicam a existência do processo de *inércia dinâmica* do espaço, que diz respeito à constante reprodução de formas duráveis ao longo do tempo. Assim, “[...] a construção da paisagem converte-se em um legado aos tempos futuros” (SANTOS, 2008, p. 73). Dessa maneira, o passado permanece enquanto uma condição para a realização do futuro. Complementarmente, é a partir do próprio presente, ou seja, das forças existentes em um determinado momento, que podemos vislumbrar um futuro possível.

Para o autor, o atual momento da história indica a existência de “[...] condições de realização de uma nova história” a partir de variáveis que “[...] revelam um novo período, isto é, apontam para o futuro” (SANTOS, 2001, p. 119). Anuncia-se, assim, um novo período histórico capaz de substituir o atual período. Dessa maneira, os apontamentos de Santos (2001, p. 170) para a realização de um “mundo novo” passam pela “[...] implantação de um novo modelo econômico, social e político, que, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva solidária [...]”. Trata-se, portanto, de uma “[...] outra maneira de realizar a globalização”, que partirá de uma construção de “baixo para cima”, fundamentada a partir do espaço das vivências, das solidariedades horizontais e da base da vida comum, ou seja, das *contraracionalidades*. A partir dessa construção viabilizada pelo enriquecimento da vida cotidiana dos lugares, realiza-se o exercício de uma nova política que emerge de um “caldo de cultura” marcado pela diversidade (SANTOS, 2001, p. 173). Segundo Santos (2001, p. 14),

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

Nesse sentido, Santos (2006, p. 222) aponta para a busca de caminhos que levem a uma “visão iluminada do futuro”. Aqui, Milton Santos toma emprestado de Henri Lefebvre a ideia de *práxis* libertadora e inventiva como uma maneira de superar a *práxis* repetitiva e individualista do modo de produção capitalista. A partir dessa aproximação entre a interpretação dos dois autores, seguimos nosso percurso teórico em direção à exposição do pensamento lefebvriano acerca do tempo e do urbano a partir da noção de *cotidiano*.

### 3. Henri Lefebvre e a produção do espaço e do tempo

Henri Lefebvre, filósofo francês que desenvolveu a perspectiva da economia política do espaço a partir da abordagem do materialismo histórico e dialético, contribuiu para as elaborações teóricas acerca da passagem do tempo nas cidades por meio da ótica da história do espaço. A partir do pensamento marxista, Lefebvre apontou que a luta de classes pode ser lida no espaço. Assim, seu pensamento acerca da acumulação dos processos históricos no espaço indica para a

perspectiva da transformação social por meio da *revolução urbana*. Lefebvre entende que cada sociedade, ou cada modo de produção, é capaz de conceber o seu próprio espaço e o seu tempo. Nesse sentido, a realização da sociedade urbana por meio da revolução sob a hegemonia da classe operária deve ser capaz de produzir um novo espaço. Sendo assim,

Uma revolução que não produz um espaço novo não vai até o limite de si própria; ela fracassa; ela não muda a vida; ela só modifica superestruturas ideológicas, instituições, aparelhos políticos. Uma transformação revolucionária se verifica pela capacidade criadora de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço, um não acompanhando, necessariamente, o outro, igualmente. (LEFEBVRE, 2000, p. 86)

Para entender o pensamento de Henri Lefebvre acerca do processo histórico e das marcas da passagem do tempo no espaço, recorre-se, aqui, à exposição de conceitos fundamentais para a compreensão da tríade passado-presente-futuro na obra lefebvriana. Primeiramente, aborda-se a contribuição fundamental de Lefebvre para a definição do conceito de *espaço*, compreendendo-o a partir da noção de produção do espaço e do tempo. A partir dessa fundamentação teórica inicial, dá-se continuidade à exposição de alguns dos principais conceitos presentes na obra lefebvriana, como as relações entre *valor de troca* e *valor de uso*, *dominação* e *apropriação*, *obra* e *produto*, *industrialização* e *urbanização*, *realidade* e *virtualidade*, *espaço abstrato* e *espaço diferencial*, dentre outros. Através desses conceitos-chave, realiza-se aqui uma exposição que tem como fio condutor a noção de história do espaço, abordando, assim, as diferentes periodizações, técnicas e modos de produção que podem ser lidos no espaço. Por meio dessa trajetória teórica, possibilita-se compreender as perspectivas futuras indicadas por Lefebvre, ou seja, a realização de uma sociedade renovada e transformada por meio da *revolução urbana*, que busca conceber um novo espaço marcado profundamente pela  *festa*, pelo *valor de uso* e pela *fruição*. Trata-se, portanto, da conquista do *direito à cidade*, que, por sua vez, passa pelo *direito à obra*, à *apropriação*, à *participação* e ao *urbano*.

A presente exposição tem como base a leitura das obras *A Produção do Espaço* e *O Direito à Cidade* de Henri Lefebvre, originalmente publicadas em 1974 e 1968, respectivamente, mas aqui referenciadas como Lefebvre (2000) e Lefebvre (2008). Pela aproximação de Lefebvre com o pensamento marxista, investigou-se, ainda, a obra *O 18 de Brumário* de Luís Bonaparte, escrita por Karl Marx em 1852 e aqui referenciada enquanto Marx (2011). Complementarmente, consultou-se a tese de Paolo Colosso (2019) e os artigos de Geraldo Costa (2003), Ester Limonad e Ivaldo Lima (2003) e Rainer Randolph (2003), sendo estes três últimos escritos resultantes da Sessão Livre “Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre”, realizada no âmbito do X Encontro Nacional da ANPUR, sucedido no ano de 2003, em Belo Horizonte.

Para Lefebvre (2000, p. 9), “o conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico” e se dá por meio da tríade *descoberta* (de novos espaços, continentes ou cosmos), *produção* (a organização espacial da sociedade e do trabalho) e *criação* (de paisagens, cidades e monumentos). Assim, a produção do espaço tem como base o entendimento de que cada sociedade e, por conseguinte, cada meio de produção, produz “relações sociais, seu espaço (e seu tempo)” (LEFEBVRE, 2000, p. 13). Conforme o pensamento lefebvriano, o espaço intervém no processo produtivo, visto que o espaço não pode ser tido apenas como “produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção” (LEFEBVRE, 2000, p. 127-128). Sendo assim, o conceito de espaço se dialetiza, sendo ele próprio “produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais” inerentes às relações de propriedade e às forças produtivas (LEFEBVRE, 2000, p. 7). Portanto, entende-se que “o espaço (social) é um produto (social)” (LEFEBVRE, 2000, p. 50).

Assim, chegamos a uma das principais elaborações teóricas da obra de Henri Lefebvre: “se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção!”. Cada sociedade, com seu respectivo modo de produção, concebe seu próprio espaço e seu tempo “com os meios e recursos dos quais disponha (forças produtivas,

técnicas e conhecimentos, meios de trabalho etc.)” (LEFEBVRE, 2000, p. 168). Nesse sentido, entende-se que existe uma história inscrita no espaço, bem como uma “história ainda por escrever” (LEFEBVRE, 2000, p. 9). Sendo assim,

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas. (LEFEBVRE, 2008, p. 52)

Tal entendimento do processo histórico relaciona-se diretamente àquele desenvolvido por Marx (2011, p. 25), segundo o qual:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

A partir da perspectiva histórica do espaço, Lefebvre aponta para o entendimento de que o espaço não pode ser concebido sem o tempo. Fundamentalmente, o espaço estabelece uma relação essencial com o tempo que o engendrou. Limonad e Lima (2003, p. 28) sintetizam: “para Lefebvre é necessário superar a cisão nas abordagens entre o espaço e o tempo [...]”. Assim, Lefebvre (2000, p. 461) alerta:

O espaço envolve o tempo. Cinde-se-o: descarta-se o tempo; este não se deixa reduzir. Através do espaço, um tempo social se produz e reproduz; mas esse tempo social se reintroduz com seus traços e determinações: repetições, ritmos, ciclos, atividades. A tentativa para conceber o espaço separadamente traduz uma contradição suplementar, o esforço para fazer entrar forçadamente o tempo no espaço e governar o tempo a partir do espaço, esse tempo reduzido a um emprego prescrito e a interditos.

O espaço, portanto, produz e reproduz o tempo social, contendo ritmos, ciclos, repetições e atividades que compõem o cotidiano *vivido* no espaço social. Na modernidade, no entanto, “o espaço e o tempo se urbanizam [...]”. Assim, surge uma contradição: o tempo, atrelado às relações de classe e propriedade e às forças produtivas, mede o espaço, “[...] mas é o espaço que rege o tempo”, visto que os lugares de produção determinam a circulação através do espaço (LEFEBVRE, 2000, p. 379). Inseridos no espaço social da modernidade, cada um de nós enxerga apenas o movimento do tempo que se consome e se exaure. Portanto, na modernidade, a passagem do tempo deixa apenas marcas, enquanto “o tempo vivido perde forma e interesse social, exceto o tempo do trabalho”, medido pelo relógio do modo de produção (LEFEBVRE, 2000, p. 141).

O espaço, portanto, pode ser compreendido como o suporte de sucessivos modos de produção que, ao longo do processo histórico, deixaram suas *marcas*, seus *sedimentos* e suas *camadas*, “[...] que se supõem, que se propõem, se superpõem” na percepção e representação da prática social (LEFEBVRE, 2000, p. 310). Enquanto suporte de sucessivas sociedades e seus respectivos modos de produção, a realidade urbana pode indicar diferentes periodizações da história do espaço. A cidade cumpre, assim, um papel histórico: é o local das revoluções e das transformações no modo de produção e nas relações de classe e propriedade. Para Lefebvre (2000, p. 313-314), nada desaparece completamente: “o anterior, no espaço, permanece o suporte do que segue”, seja enquanto *vestígio* ou *recordação*. O processo histórico, portanto, se inscreve incessantemente sobre o espaço. Os acontecimentos deixam seus *traços* e a sociedade se inscreve no espaço enquanto ato, resultado e produto das atividades sociais. Logo, a escrita do tempo permanece no espaço do presente, com suas indicações e seus testemunhos que indicam processos produtivos do passado. Para Lefebvre (2000, p. 161):

A relação de um espaço com o tempo que o engendrou difere, assim que se expõe expressamente a história do espaço, como tal, das representações admitidas pelos historiadores. Para estes, o pensamento opera um corte na temporalidade; ele imobiliza sem muitos inconvenientes o



processo; sua análise fragmente e recorta. Porém, na história do espaço como tal, o histórico, o diacrônico, o passado gerador se inscrevem incessantemente sobre o espacial, como sobre um quadro. Sobre e no espaço, há mais que traços incertos deixados pelos acontecimentos; existe a inscrição da sociedade em ato, o resultado e o produto das atividades sociais. Existe mais que uma escrita do tempo. O espaço gerado pelo tempo é sempre atual, sincrônico e dado como um todo; ligações internas, conexões religam seus elementos, elas também produzidas pelo tempo.

Para aprofundar esse ponto, tomamos como exemplo a cidade pré-capitalista, onde o *valor de uso* (relativo ao encontro, à beleza e à fruição) predominava sobre o *valor de troca* (referente ao lucro). Tratava-se, portanto, de uma cidade marcada pela qualidade do *urbano*, ou seja, a vida urbana permeada pelo encontro, pela simultaneidade, pela prioridade do *valor de uso*. Anterior à industrialização, a cidade pré-capitalista pode ser compreendida enquanto *obra* (diretamente relacionada ao *valor de uso*), opondo-se, assim, à categoria de *produto* (referente ao *valor de troca*). Na cidade onde prevalece o *valor de uso*,

O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 2008, p. 12)

Essa cidade, no entanto, está morta, visto que, com o modo de produção capitalista, “a produção de produtos substituiu a produção de obras” (LEFEBVRE, 2008, p. 13). Com a indústria e com o capitalismo, a “[...] cidade tradicional explode em pedaços”: o processo duplo da *industrialização-urbanização* dá origem ao movimento duplo da *explosão-implosão* (LEFEBVRE, 2008, p. 77-78). Ainda que pertencente ao passado, os sedimentos dessa cidade seguem a existir no espaço da cidade capitalista. O *urbano*, por sua vez, também persiste, mas “no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 106). Podemos retomar o *urbano*? Sim, desde que se realize a transformação social por meio da perspectiva da *revolução urbana*. Ao indicar esse caminho, Lefebvre aponta para um horizonte possível, ainda a ser experimentado e construído. Aqui, Lefebvre se aproxima, mais uma vez, do entendimento de Karl Marx (2011, p. 28), que indicava que “não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social [...] pode colher a sua poesia”. Nesse sentido, para Lefebvre (2008, p. 106),

Impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. Nem retorno (para a cidade tradicional), nem fuga para a frente, para a aglomeração colossal e informe – esta é a prescrição.

A cidade contemporânea, ou seja, a cidade do modo de produção capitalista, se constituiu a partir do espaço pré-existente, reorganizando-o e modelando-o para os seus fins. Trata-se do processo de transição de um modo de produção para outro, que se inscreve no espaço existente, subvertendo-o e produzindo, por conseguinte, um novo espaço. Nesse sentido, Lefebvre (2000, p. 13) alerta que “modificações lentas penetram uma espacialidade já consolidada, mas às vezes a subvertem com brutalidade [...]”. Ou seja, a produção do espaço do modo de produção capitalista não se encontra terminada, visto que ela continua projetando suas relações de classe e propriedade à escala mundial por meio da *dominação*, movimento conflitual que se opõe diretamente à *apropriação*. Assim, por meio da homogeneização reinante na sociedade industrial, a cidade do modo de produção capitalista enfraquece o *urbano* que se encontrava presente na cidade pré-capitalista. É por meio desse processo que se dá origem ao *espaço abstrato*, marcado pela técnica e pela dominação do processo de acumulação de capital.

Costa (2003, p. 12) aponta para o fato que “este espaço abstrato, o espaço da expropriação [e da dominação], abriga velhas contradições, que permaneceram através da história e, principalmente, novas contradições concernentes ao modo de produção capitalista”. Assim, as contradições se expressam por meio do confronto entre o *espaço abstrato* e o *espaço social*. É a partir desse conflito – ou da luta de classes – que o *espaço diferencial* emerge. Para Lefebvre (2000, p. 88), “[...] só ela [a luta de classes] impede que o espaço abstrato se estenda ao planeta, literalmente apagando as diferenças [...]”. Nesse sentido, a luta de classes tem uma capacidade *diferencial*,

abarcando a potencialidade política das minorias sociais. Ou, como Randolph (2003, p. 44) sintetiza: “o novo espaço (diferencial) da sociedade urbana surge com a superação das oposições contidas no espaço abstrato”. Entende-se, portanto, que a sociedade urbana constitui-se a partir das ruínas e das contradições da cidade capitalista, que passou pelo duplo processo da *industrialização-urbanização*, que, por sua vez, causou o duplo movimento da *explosão-implosão*.

A partir desse cenário de confronto e disputa, Colosso (2019, p. 248) argumenta que “ora, o avanço das forças técnico-produtivas [...] abriu a possibilidade de realizar uma sociedade de abundância coletiva, livre da escassez, das opressões naturais e humanas”. Potencializa-se, assim, a possibilidade da intensificação da vida urbana, que passa por “[...] uma possível passagem da sociedade industrial para a urbana, ou do espaço abstrato para o diferencial” (RANDOLPH, 2003, p. 39). Trata-se, portanto, da possibilidade de construir uma sociedade nova, transformada, que prioriza o *valor de uso* e a *apropriação*. Ainda nesse sentido, Limonad e Lima (2003, p. 20) acrescentam que, para o pensamento lefebvriano,

A novidade está em sua proposição de resgatar o valor de uso, e a apropriação social do espaço em contraposição à dominação do espaço abstrato. Trata-se de lutar pela transformação social e por conseguinte há que se lutar por criar um espaço diferencial.

No entanto, ainda que a possibilidade da transformação social se apresente no horizonte, o poder estatal e os grandes interesses econômicos investem fortemente na desvalorização, degradação e destruição da sociedade urbana. Para isso, as classes dominantes adotam a estratégia da segregação dirigida à classe operária. É por isso que, para Lefebvre (2008, p. 118), apenas esta classe “pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social” da realização da sociedade urbana. As iniciativas revolucionárias buscam, portanto, subverter as lógicas da segregação, da desintegração e da dominação que compõem o *espaço abstrato* do modo de produção capitalista. Assim, objetivando produzir um novo espaço, a transformação social passa pelo “conflito entre a apropriação e a dominação social do espaço, na disputa pela construção de um espaço diferencial” (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 21). Ou seja, é a partir do confronto entre espaço abstrato e social que emerge a virtualidade que permite a transformação social, ou seja, o surgimento do espaço diferencial por meio da realização da sociedade urbana. É nesse sentido que Randolph (2003, p. 40) afirma que “[...] a *virtualidade* enquanto possibilidade faz parte da *realidade*”. Sendo assim, em relação ao espaço abstrato, Randolph (2003, p. 50) questiona:

Este espaço durará para sempre? Provavelmente não, porque ele mesmo comporta contradições específicas que podem virar sementes para um novo tipo de espaço; o *espaço diferencial*, o espaço da sociedade urbana (de um novo modo de produção). Enquanto potencialidade ou virtualidade [...] este novo espaço diferencial já está contido no espaço abstrato.

Tendo como suporte o espaço pré-existente, acumulado a partir da sobreposição de camadas, marcas, heranças, vestígios e traços ao longo do processo histórico, a realização da sociedade urbana “[...] não pode se contentar com centralidades passadas, ainda que ela não as destrua e sim as utilize e se aproprie delas, modificando-as” (LEFEBVRE, 2008, p. 131). Para alcançar a transformação radical da sociedade, superando o modo de produção capitalista, recorre-se aos conteúdos utópicos do *direito à cidade*, que, por meio da *práxis* revolucionária, alimentam experimentações espaciais que se acumulam em prol da transformação social. É nesse sentido que Colosso (2019) aponta para a importância da prática radicalmente transformadora da autogestão na realização da sociedade urbana. Conforme o autor, “na autogestão reside a força social que orienta o crescimento para as necessidades sociais, o que por sua vez torna possível uma transformação radical da vida cotidiana, o persistente objetivo lefebvriano de *changer la vie*” (COLOSSO, 2019, p. 252). Ainda segundo Colosso (2019, p. 253), “a autogestão é o momento mais radical de uma democracia efetiva, a forma associativa mais intensa e plástica possível, na qual os envolvidos tomam em mãos os rumos coletivos, isto é, tornam-se sujeitos de sua própria história”. Reivindica-se, assim, um projeto político que inclua o direito à *obra*, à *atividade participante* e à *apropriação*, cuja realização passa pela *revolução urbana* sob a hegemonia da classe operária, agente, portador e suporte da transformação social rumo ao *espaço diferencial*.

#### 4. Afinidades e divergências nas interpretações de Milton Santos e Henri Lefebvre sobre o tempo e o urbano

A produção teórica de Milton Santos e Henri Lefebvre é bastante ampla. Ao longo de suas trajetórias intelectuais, ambos os autores passaram por processos de reelaboração e revisitação de suas produções e conceitos. No caso de Santos, há referências diretas a Lefebvre, cujos apontamentos são incorporados às elaborações teórico-conceituais do geógrafo brasileiro. Assim, há grandes afinidades nas interpretações de ambos acerca do tempo e do urbano, ainda que também existam divergências.

Em comum, ambos os autores compreendem que cada sociedade – ou seja, cada meio de produção – é capaz de produzir seu próprio espaço e tempo. Nesse ponto, se faz presente na obra de ambos a ideia de *modernização*. Tanto para Santos quanto para Lefebvre, as transições entre sistemas técnicos e modos de produção são capazes de conceber sucessivas formas de organização social e suas respectivas forças produtivas. Nesse sentido, o entendimento de *dominação* é trabalhado por ambos os teóricos, que compreendem os processos de *modernização* enquanto um movimento que parte do centro em direção à periferia. Assim, torna-se possível explicar a existência de processos de colonização e dependência que se expressam em escala mundial.

Nesse sentido, podemos traçar ainda um paralelo entre as noções de *verticalidades* e *horizontalidades*, apresentadas por Santos, e os conceitos de *dominação* e *apropriação* segundo Lefebvre. Para Santos, as *verticalidades* estão atreladas às *racionalidades* dominantes e às ações *hegemônicas*, enquanto as *horizontalidades* estabelecem-se enquanto *contra-racionalidades* e ações *não-hegemônicas*. Nessa lógica, a *verticalidade* é atrelada ao *espaço dominante*, enquanto a *horizontalidade* vincula-se ao *espaço dominado*. A contraposição estabelecida entre *verticalidades* e *horizontalidades* assemelha-se ao movimento conflitual entre *dominação* e *apropriação* de acordo com o pensamento lefebvrino. Para Lefebvre, a *dominação* penetra espacialidades já consolidadas de maneira brutal. No caso da cidade do modo de produção capitalista, a homogeneização vinculada ao processo duplo da industrialização-urbanização subverte e enfraquece o *urbano* que se encontrava presente na cidade pré-capitalista, dando origem ao *espaço abstrato*, fundamentado a partir do *valor de troca*. Já a *apropriação* encontra-se vinculada ao *valor de uso* e ao *espaço social*. De acordo com Lefebvre, a partir do conflito entre *espaço abstrato* e *espaço social* emerge a *virtualidade* do surgimento do *espaço diferencial* enquanto superação do modo de produção capitalista. Para Santos, no entanto, os conflitos entre *espaço dominante* e *espaço dominado* podem conceber arranjos espaciais que, combinando as noções de *novo* e *velho*, podem conviver de modo harmônico no modo de produção capitalista. No entanto, quando o *espaço dominado* e *velho* das *horizontalidades* não atende mais à lógica da acumulação de capital, exige-se que as *contra-racionalidades* sejam eliminadas. Aqui está, portanto, uma diferença entre as leituras que Santos e Lefebvre realizam dos conflitos estabelecidos no espaço.

Tanto Santos quanto Lefebvre entendem que o futuro é condicionado pela acumulação de *marcas*, *heranças*, *sedimentos* e *camadas* que se superpõem ao longo do processo histórico. Não há, portanto, como eliminá-los por completo. Assim, o espaço de uma nova sociedade também conta com a noção de *velho*. Nesse sentido, ambos os teóricos recorrem à compreensão da história do espaço enquanto explicação para a tríade passado-presente-futuro.

Lefebvre deixou apontamentos que podem ser interpretados à semelhança do conceito de *rugosidades* trabalhado por Santos (2006, p. 92), que as compreende enquanto “restos de divisões do trabalho já passadas [...], os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”. Nesse sentido, Lefebvre entende que, na cidade do modo de produção capitalista, os *sedimentos* da cidade pré-capitalista continuam a existir. O *urbano*, por sua vez, também persiste, mas enquanto *virtualidade*, ou seja, o embrião da *sociedade urbana* a ser realizada a partir da transformação social. Sendo assim, para Lefebvre (2000, p. 63-64),

O passado deixou seus traços, suas inscrições, escrita do tempo. Mas esse espaço é sempre, hoje como outrora, um espaço presente, dado como um todo atual, com suas ligações e conexões em ato. De modo que a produção e o produto se apresentam como dois lados inseparáveis e não como duas representações separáveis.

O pensamento de Lefebvre é profundamente marcado pela dialetização. Suas elaborações conceituais se dão essencialmente através de tríades, ainda que algumas contraposições se apresentem como relações diretas, sendo este o caso das noções de *valor de uso* e *valor de troca*, diretamente atreladas aos conceitos de *obra* e *produto*. Já Santos trabalha fundamentalmente por meio de oposições, ainda que suas contribuições teórico-conceituais apresentem profunda complexificação ao longo de sua obra.

Por fim, entendemos que tanto Santos quanto Lefebvre apresentam contribuições para perspectivas futuras da superação da realidade urbana dominada e hegemônica pelo modo de produção capitalista. Ambos os autores trabalham a ideia da realização de um novo mundo fundamentada a partir das noções de *diversidade*, conforme Santos, e de *diferencial*, segundo Lefebvre, que abarcam a potencialidade política e cultural dos excluídos e explorados pelo modo de produção capitalista. Lefebvre, por sua vez, avançou conceitualmente ao desenvolver ferramentas teóricas aplicáveis à transformação social, que apontam para a perspectiva da *revolução urbana* enquanto realização de uma sociedade transformada e renovada. Há, na obra de Lefebvre, uma poética voltada ao futuro, que contribui para um projeto político de luta pela criação da *sociedade urbana*, cuja construção passa pela *apropriação*, pelo *valor de uso* e pela *obra*.

## 5. Considerações finais

Milton Santos e Henri Lefebvre são autores fundamentais para a compreensão e a análise da produção do espaço e do tempo. As elaborações teóricas de ambos os pensadores se aproximam muitas vezes, permitindo uma compreensão múltipla do processo histórico concernente à realidade urbana. Conceitos elaborados por Santos, como *rugosidade* e *inércia dinâmica*, apresentam-se enquanto noções fundamentais para o entendimento do passado a partir das heranças e marcas da passagem do tempo. Já Lefebvre fornece ferramentas essenciais à crítica ao modo de produção capitalista, especialmente através de suas elaborações fundamentadas no pensamento dialético, como *valor de troca* e *valor de uso*, *dominação* e *apropriação*, *obra* e *produto*, *industrialização* e *urbanização*, *realidade* e *virtualidade*, dentre outras noções. Ambos os autores apontam para perspectivas futuras de superação das contradições existentes na sociedade e no modo de produção da cidade capitalista. No entanto, Lefebvre avança conceitualmente ao indicar o caminho da realização da *sociedade urbana* através de perspectivas revolucionárias. Com base no pensamento marxista, a ideia da *revolução urbana* aponta para a transformação social por meio dos conteúdos utópicos do *direito à cidade*, fundamentados na *práxis* radicalmente transformadora da autogestão.

Enquanto esforço inicial de aproximação e sistematização das obras de Milton Santos e Henri Lefebvre, o presente trabalho apresenta algumas limitações. Nesse momento da pesquisa, ainda não há um vasto domínio acerca das afinidades e divergências na interpretação de ambos os teóricos acerca da questão do tempo e do urbano. Dessa maneira, este trabalho pode ser revisado e reelaborado para uma nova publicação conforme o avançar das leituras realizadas e o desenvolvimento da pesquisa em andamento. Assim, há espaço para o aprofundamento da temática aqui esboçada, principalmente por meio da possibilidade de incorporação das contribuições teórico-conceituais de outros autores cuja produção relaciona-se ao percurso investigativo aqui apresentado. Através dessa complementação, enriquecer-se-ia a análise e a compreensão das noções que fundamentam a presente pesquisa. Possibilita-se, assim, aprofundar e reelaborar o aporte conceitual que servirá de base à elaboração de uma dissertação que tem como fundamento teórico-metodológico o entendimento lefebvriano acerca da história do espaço.

## 7. Referências

COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade**: outros personagens em cena. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

COSTA, Geraldo Magela. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: LIMONAD, Ester (org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante*: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003. pp. 9-14.

ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção de Silvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban, 2006. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>. Acesso em: 27 nov. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: ÉDITIONS ANTHROPOS, 2000).

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: CENTAURO, 2008.

LIMONAD, Ester (org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante*: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003.

LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. In: LIMONAD, Ester (org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante*: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003. pp. 15-33.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2011.

RANDOLPH, Rainer. A dialética entre o próximo e o distante: reflexões acerca da cidade e do urbano contemporâneos. In: LIMONAD, Ester (org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante*: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003. pp. 34-68.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. “O tempo nas cidades”. **Ciência e Cultura**. São Paulo: Vol. 54, N. 2, pp. 21-22, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

---

<sup>i</sup> Para Milton Santos (2006, p. 43), “toda criação de *objetos* responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico”. Conforme o entendimento de Santos (2008, p. 12) de que “a essência do espaço é social”, os *objetos* podem ser entendidos enquanto resultantes das relações sociais, diferenciando-se, assim, das *coisas*, que são obras da natureza. Assim, os *objetos* se distribuem no território e mostram-se visíveis, ganhando vida a partir de “todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento” (SANTOS, 2008, p. 12).